



Ata Número Nove

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente nas instalações do Rancho Folclórico de Serpins, freguesia de Serpins, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1 – Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, de acordo com o artigo 3º do respetivo Regulamento;
- 2 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira;
- 3 – Apreciação e votação da proposta de não-aceitação da transferência de competências previstas no presente Decreto-Lei Sectorial 20/2019 de 30 de janeiro, em matéria de proteção e saúde animal e segurança alimentar e procede à alteração, entre outros diplomas, do Decreto-Lei nº 116/98, de 5 de maio que estabelece os princípios gerais da carreira do médico veterinário municipal;
- 4 – Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Foz de Arouce;
- 5 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana das Gândaras;
- 6 – Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Casal de Ermio;
- 7 – Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Serpins;
- 8 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Vilarinho;
- 9 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Candal;
- 10 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Casal Novo;
- 11 – Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia da Cerdeira;
- 12 – Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Chiqueiro.
- 13 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Talasnal;
- 14 – Informação do Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal, a enviar: O Relatório de Acompanhamento Financeiro referente ao ano de 2018, o Relatório de Conclusões e Recomendações da auditoria e a Certificação Legal de Contas referentes a 2018;
- 15 - Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2018 que inclui o Relatório de Gestão, Inventário, Balanço Social e Contabilidade de Custos;
- 16 – Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019.

O **Senhor Presidente da Mesa** deu início aos trabalhos, depois de cumprimentar a todos os presentes, e agradecer ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins** e à Direção do Rancho Folclórico Flores de

182
Carvalho
Jo

Serpins, a disponibilidade, colaboração e receção para a realização da Assembleia Municipal descentralizada, nas instalações do Rancho Folclórico Flores de Serpins, na freguesia de Serpins que tão bem acolhe.-----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Isabel Seco que justificou a falta e foi legalmente substituída por Ana Araújo que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Antunes que justificou a falta e foi legalmente substituído por Pedro Tiago Brás Dias que justificou a falta e foi legalmente substituído por Ana Filipa Alves de Matos Marques e Raquel Simões que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Aurélio Sequeira do PS. Nuno Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso que justificou a falta e foi legalmente substituído por Maria do Rosário Agostinho que justificou a falta e foi legalmente substituída por Joana Margarida Santos, Maria Carolina Henriques que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Lourenço Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Mariana Carvalho que justificou a falta e foi legalmente substituída por António Agostinho Carvalho do PSD, Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura do BE e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, António Marçal que justificou a falta e foi legalmente substituído por António Lima, vogal do Executivo.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins** para usar da palavra.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins apresentou cumprimentos a todos e aproveitou a oportunidade para enaltecer as vantagens da realização das assembleias descentralizadas, em virtude destas concederem uma maior proximidade dos eleitos com os eleitores de cada uma das freguesias e, por outro lado, os eleitos poderem constatar melhor as necessidades e anseios das populações e, através disso poderem elencá-las nos seus planos de concretização de trabalhos, sempre que possível. Formulou votos para que a sessão decorresse bem e que os resultados fossem profícuos. Concluiu dizendo que são sempre bem-vindos à freguesia de Serpins.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----
Não compareceu.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a ata número oito, referente à sessão ordinária realizada no dia doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nos termos do número três, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo, - (CPA), quando estavam presentes na sala vinte e um membros, tendo sido aprovada por maioria com 18 (dezoito) votos a favor.-----

Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** informou que a Mesa nos termos da alínea d), do número 19º do Regimento da Assembleia Municipal, recebeu três Votos de Pesar, subscritos por todos os representantes dos partidos com assento naquele Órgão Deliberativo, solicitando que o porta-voz dos proponentes os apresentasse à assembleia para votação.-----

Joel Fernandes reiterou, em nota prévia, que os Votos de Pesar são apresentados em nome de todos os grupos municipais representados na assembleia:-----

VOTO de PESAR: "Vem a Assembleia Municipal expressar o seu pesar pelo falecimento no pretérito dia quatro de abril, de António Lopes, funcionário desta Autarquia e Bombeiro Voluntário desde 1948. A sua longa vida foi o cabal testemunho da vontade de servir a causa dos Bombeiros, onde desempenhou as mais diversas funções, incluindo a de Comandante Interino por diversas vezes, fruto do seu reconhecido mérito, quer como Homem, quer como Bombeiro. Foi – e é – um exemplo de Serviço, Abnegação e Dedicção desinteressada, que urge hoje realçar e dignificar. A par da família, foram os Bombeiros da Lousã que alimentaram o seu pensamento até aos últimos momentos de vida. Depois de ter sido agraciado com as mais altas condecorações e louvores, em que se destaca, em 1999, o "Crachá de Ouro" da Liga dos Bombeiros Portugueses, foi, em 24 de junho de 2001, distinguido como Cidadão de Mérito do Concelho da Lousã". -----

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos presentes quando estavam presentes na sala vinte e um elementos. Foi ainda deliberado dar conhecimento à família e Corpo de Bombeiros. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que ficará apenso a este livro de atas, (doc. nº 1 (um)). -----

VOTO de PESAR: "Vem a Assembleia Municipal expressar o seu pesar pelo falecimento no pretérito dia 25 de março, de Romeu Milheiro Dias, professor do 1º Ciclo desde 1967, exercendo funções na Lousã desde 1982, onde passou a residir. Foi professor na Escola Primária do Freixo, tendo desempenhado funções de Subdelegado Escolar e posteriormente, Delegado Escolar da Lousã. Aposentou-se no ano 2000. Foi Vereador da Câmara Municipal da Lousã, eleito pelo Partido Social Democrata, entre 1993 e 1997." -----

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e um elementos. Foi ainda deliberado dar conhecimento à família. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que ficará apenso a este livro de atas, (doc. nº2 (dois)). -----

VOTO DE PESAR: "No passado dia 15 de março, a Região Centro de Moçambique foi atingida pelo ciclone tropical IDAI, o qual deixou um rasto de destruição generalizada e foi responsável por, pelo menos, 446 vítimas mortais e milhares de desalojados. Face a esta catástrofe que se abateu sobre o Povo Irmão de Moçambique, as Forças Políticas representadas nesta Assembleia Municipal, manifestam ao Povo e às Autoridades Moçambicanas a sua mais sentida solidariedade e transmite às famílias das vítimas o seu pesar, congratulando-se com a imediata resposta solidária das autoridades e Povo Português a fim de responder e minimizar as consequências da tragédia." -----

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos. Foi ainda deliberado dar conhecimento à Embaixada da República de Moçambique. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que ficará apenso a este livro de atas, (doc. nº3 (três)). -----

CORRESPONDÊNCIA: -----

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida: ofício da Câmara Municipal, dando conhecimento de dois ofícios provenientes da Inspeção Geral de Finanças - IGF, relativamente à Ação de controlo ao Município da Lousã: Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica, comunicação de homologação do relatório e o Controlo das obrigações e objetivos do Programa de Apoio à Economia Local, comunicação de homologação do relatório. Ofício da Comissão de Proteção Crianças e Jovens da Lousã - CPCJL, dando conhecimento do Relatório de Avaliação das Atividades de 2018 da CPCJ da Lousã.-----

O Órgão deliberativo tomou conhecimento.-----

INSCRIÇÕES: Conceição Loureiro, Aires Ventura, João Pereira, Joana Margarida Santos, Marco Aurélio Sequeira, António José Gonçalves, Renato Ferreira, Ana Paula Sançana e João Pedro Melo.-----

Conceição Loureiro interveio começando por felicitar a todos por estarem naquele local, em liberdade, uma vez que esta sessão antecede as Comemorações do vinte e cinco de abril. Recordou que, se não fosse o vinte e cinco de abril não estariam ali reunidos independentemente das convicções diferentes de cada um, mas convergindo no ponto fulcral que é manifestar a preocupação e proceder aos trabalhos em prol de uma Lousã melhor e cada vez mais bonita. Leu ainda um poema de Álvaro Bolhão, alusivo à ocasião e invocando a liberdade. Seguidamente questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre o funcionamento do Centro de Saúde da Lousã, no que diz respeito à aceitação de médicos e a consultas muito tardiamente marcadas, levando a que os utentes tenham que recorrer à urgência. Adiantou ainda que, a ser verdade, a informação que dispõe, não existe uma lista de espera para integração do utente ao médico de família e por isso solicita esclarecimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**.-----

Aires Ventura, após cumprimentar a todos, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre os critérios e as razões do corte radical das árvores na área da Praia da Bogueira, em Casal de Ermio. Questionou ainda sobre a utilização do produto químico herbicida glifosato que está comprovado cientificamente como cancerígeno em animais e humanos. Disse não saber se a Câmara Municipal da Lousã usa este herbicida, porque é, normalmente, utilizado no combate às ervas em espaços públicos. Afirmou que, recentemente foram feitas a voluntários de forma aleatória, análises à urina e foi detetada a presença deste produto e como as empresas que fornecem a água da rede pública no programa de controlo dos vários elementos, inclusivamente pesticidas não inclui o glifosato, pediu que a Câmara Municipal fosse sensível a esta questão e utilizasse o princípio da precaução, solicitando à empresa que fornece a água da rede a inclusão desta análise. Disse que não há legislação específica a proibir a utilização deste produto, mas que, recentemente, foi aprovada na Assembleia da República legislação que proíbe a utilização deste produto em espaços públicos, mas fora deste, pode ser utilizado, o que no entender do BE acaba por ser uma contradição.-----

João Pereira recordou que na freguesia de Serpins, as placas sinaléticas danificadas e com aspeto desagradável resultantes do incêndio que ocorreu em quinze de outubro do ano de dois mil e dezassete, ainda se mantêm ao

longo das vias de comunicação. Perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** se há intenção por parte da Câmara Municipal de mandar retirá-las e deu conhecimento que tem respondido aos fregueses que o têm abordado sobre o assunto, que o motivo da situação se manter prende-se apenas com falta de tempo. Questionou ainda se, além desta intervenção, há boas notícias para a freguesia de Serpins, como por exemplo, a retificação dos pavimentos. -----

Joana Margarida Santos interveio referindo que ficou agradada com a notícia que leu sobre a redução do preço dos passes sociais dos transportes públicos abrangidos ao Ramal da Lousã e pediu esclarecimentos sobre a forma como este procedimento será efetuado e, futuramente, com a introdução do Metro Bus, se serão mantidas estas reduções, uma vez que não existe esta informação disponível relativamente a este futuro procedimento. -----

Marco Aurélio Sequeira usou da palavra começando por informar que no passado dia oito de outubro do ano de dois mil e dezoito, a Juventude Socialista da Lousã propôs no Conselho Municipal da Juventude da Lousã – CMJL, a realização de uma atividade onde fosse possível divulgar e promover os trabalhos realizados pelas associações juvenis presentes naquele CMJL. A proposta foi bem-recebida e aceite e foi criado um grupo de trabalho para a organização da atividade, designada – “CMJL em Movimento”. Decorreu durante a tarde do dia trinta de março passado onde foi possível proporcionar uma atividade desportiva e cultural de elevada qualidade. Existiu uma tertúlia sobre o associativismo jovem onde foi possível debater as maiores dificuldades que as associações do concelho têm. Realizaram-se alguns workshops, e momentos musicais, incluindo a participação de Miguel Gizzas que fez a apresentação do cine concerto nesse mesmo dia, à noite. Informou ainda que as restantes associações aderentes tiveram stands dinamizados por si. Agradeceu ao grupo de trabalho que permitiu a realização da atividade, a todas as associações que participaram e à Câmara Municipal, na pessoa do **Senhor Vereador Orlando Ferreira** e a todos os seus colaboradores que ajudaram à iniciativa. Salientou na área desportiva que no âmbito do “Município Amigo do Desporto”, na categoria “Programa Desportivo do Ano”, dois dos três projetos nomeados são do Concelho da Lousã. Afirmou que no seu entendimento, estes prémios são o reflexo do investimento que tem sido feito nesta área, bem como do trabalho que tem sido realizado por todas as entidades e parceiros envolvidos. Sublinhou que esta área tem recebido inúmeros reconhecimentos. Felicitou ainda na área desportiva: o Gabriel Lopes, pelos excelentes resultados que atingiu, recentemente, tendo conseguido os mínimos para os Jogos Olímpicos, a Camila Rebelo, Margarida Martins, Micaela Pinto e Regina Almeida da Louzan Natação, Rita Gama do Montanha Clube que conquistou a medalha de prata no Campeonato Nacional Universitário de Judo. Afirmou que mais uma vez é considerado o trabalho desenvolvido de forma notável por estes jovens e respetivos Clubes. --

António José Gonçalves saudou a todos à freguesia de Serpins e colocou duas questões ao **Senhor Presidente da Câmara**: a primeira se já há alguma notícia sobre a Ponte do Boque, que considera uma obra prioritária neste concelho e como está o processo de desclassificação da Fábrica de Papel do Boque que ardeu no dia quinze de outubro do ano de dois mil e dezassete, a fim de se verificar solução imobiliária. -----



Renato Ferreira feitos os cumprimentos, referiu-se a uma questão já levantada, anteriormente, mas que considera pertinente e, por isso, gostaria de colocar a questão ao **Senhor Presidente da Câmara** e tem a ver com o que foi divulgado na comunicação social, sobre a redução dos preços dos passes dos transportes, em que nalguns casos já foi concretizada e noutros ainda não. Nos casos dos serviços alternativos dos transportes entre Serpins e Coimbra, questionou se haverá redução conforme foi anunciado. Salientou ainda a implementação de políticas públicas na área dos resíduos assentes na promoção e produção de consumos responsáveis que é hoje um dos maiores desafios que se colocam à sustentabilidade das sociedades. Enalteceu o projeto piloto "Aldeias Resíduos Zero", na Aldeia da Cerdeira, iniciativa onde são utilizadas tecnologias simples, mas, sob o seu ponto de vista, avançadas, embora pouco conhecidas e divulgadas em Portugal, considerando-as exemplares e que gostaria de ver replicadas em outros locais do concelho. ----

Ana Paula Sançana usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos e seguidamente pediu ao **Senhor Presidente da Câmara** mais informações sobre a geminação da Vila da Lousã com a Cidade de Santos, no Brasil, nomeadamente, como surgiu esta oportunidade e quais é que são as contrapartidas que o Município da Lousã espera obter com esta geminação.-----

João Pedro Melo: prescindiu da palavra.-----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões que lhe foram endereçadas, dizendo que relativamente ao funcionamento do Centro de Saúde da Lousã, nomeadamente às duas Unidades de Saúde Familiar e, particularmente, à Unidade de Saúde Serra da Lousã, que existiu alguma perturbação no funcionamento desta unidade, em virtude da saída e não substituição imediata de um médico, situação que segundo informações recolhidas, já está restabelecida para o normal funcionamento desta unidade, adiantando ainda que a Câmara Municipal mantém-se atenta a este assunto e verificará se existe alguma situação que mereça maior atenção. Relativamente à intervenção realizada na Praia da Bogueira, informou que o parecer do GTF – Gabinete Técnico Florestal é público, e que os critérios e as razões foram devidamente publicitados, sendo a razão principal que motivou aquela intervenção questões de segurança e perigosidade, especialmente das árvores mais próximas da esplanada e zonas onde as pessoas circulam. Sobre a utilização do composto químico glifosato, informou que já há vários anos que o Município da Lousã não o utiliza para eliminação das ervas em espaços públicos e vias do concelho. Recordou que esta questão já foi colocada em assembleias anteriores e foi prestada esta informação.-----

Agradeceu ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins** o acolhimento e as condições criadas para a realização da sessão naquele espaço cultural da freguesia de Serpins. Quanto às situações que referiu na sua intervenção, informou que, a breve prazo, a Câmara Municipal irá lançar os procedimentos de contratação pública para concretizar essas intervenções de diferentes tipos: substituição de sinalização rodoviária, placas de indicação de localidade, intervenções complementares aos danos causados, nomeadamente à captação de água, e em várias vias da freguesia de Serpins que foram, em devido tempo elencadas. Recordou, que o programa designado "Recuperação de Equipamento de Infraestruturas Municipais" danificadas pelos incêndios de outubro do ano de dois mil e dezassete, foi

aberto nesse mesmo ano e que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura em dezoito de janeiro do ano de dois mil e dezoito. Houve uma pré-avaliação por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, adiante designada por CCDRC, depois ainda foram feitos alguns ajustes e, posteriormente, a referida candidatura foi validada e, neste momento, a Câmara Municipal está dotada dos meios para abertura dos procedimentos de contratação pública para realizar as intervenções antes mencionadas. Adiantou ainda que só para intervenções em várias vias está prevista uma dotação de trezentos e oitenta mil euros e para as restantes situações: equipamentos urbanos, sinalização vertical e horizontal, já antes enunciadas, um valor global em cerca de quatrocentos e vinte e cinco mil euros. A redução dos tarifários dos transportes alternativos vai ser uma realidade. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, adiante designada por CIM-RC, posicionou-se logo às áreas metropolitanas que foram as primeiras. Neste momento e respeitando toda a burocracia adjacente, os acordos estão firmados e há a garantia da implementação. A luta, neste momento, é para que seja o mais rapidamente possível. A informação de que dispõe em relação aos transportes alternativos é que será implementada durante o próximo mês de maio. Esta situação não depende da Câmara Municipal da Lousã, é gerida e orientada pela CIM-RC, enquanto entidade gestora de transportes. Quanto à perspectiva de preços para o Metro Bus, informou que ainda não existe definição, no entanto, a pretensão é que seja implementada de igual forma. Associou-se às palavras proferidas por **Conceição Loureiro** pelo facto de estarem reunidos em liberdade, independentemente das forças políticas que representam e ser o Poder Autárquico Democrático, uma das grandes conquistas do 25 de Abril e associou-se, igualmente, à intervenção de **Marco Aurélio Sequeira** na congratulação pelos resultados obtidos pelos Clubes e Atletas do concelho e por tudo o que conseguiram, nas diferentes modalidades. Homenageou e enalteceu a todos os atletas, através do Gabriel Lopes, neste momento, com um resultado maior com a qualificação para os Jogos Olímpicos, dando provas da qualidade do desporto no Concelho da Lousã. Anunciou que nos próximos dias será feito o lançamento do concurso público para a construção da nova Ponte sobre o rio Ceira, a designada Ponte do Boque, dando assim resposta aos habitantes do lugar do Boque, e a todos aqueles que a utilizam e, particularmente, aos lugares mais próximos e aos que fazem mobilidade intra-concelhia. Sobre a desclassificação da Fábrica de Papel do Boque, informou que a Câmara Municipal desenvolveu o processo, conforme estipulado nos termos da lei. O processo obteve a concordância da Direção Geral do Património Cultural e, nessa sequência, foi promovida uma discussão pública, onde não existiu nenhum contributo nem oposição ao processo, pelo que já foi presente o relatório final, como tal, está em vias de ser concluído todo o processo administrativo de desclassificação da Fábrica de Papel do Boque que deixará de ser imóvel de interesse concelhio. Quanto aos projetos na área do ambiente, informou que não é só a questão da combustagem, estão a ser desenvolvidos outros projetos na área do ambiente, mais especificamente, na área dos resíduos. Informou, ainda, que a obra do Eco Centro Municipal está quase concluída, é outro elemento importante deste conjunto de iniciativas e medidas que a Câmara Municipal está a implementar na área do ambiente e tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável. Realçou que, no



que diz respeito à combustagem, o processo não ficará só restrito à Aldeia da Cerdeira, será alargado a outras aldeias esperando ter condições para que, futuramente, possam ser alargadas estas práticas. A geminação da Lousã com a cidade de Santos, surge de um processo já longo e resulta da ligação existente entre lousanenses a viverem em Santos e à expressão que estes têm naquela comunidade. Em dois mil e onze existiram contactos, onde o então Prefeito veio à Lousã e ficou combinada a assinatura deste acordo. Entretanto, e por alteração de forças políticas em Santos, o processo ficou suspenso, entretanto, no último ano, vários lousanenses voltaram a falar nesta possibilidade e desejo da comunidade lousanense promover esta geminação. A Associação Portuguesa Santista, onde participa nos seus órgãos sociais vários lousanenses, estabeleceram contacto com a Prefeitura de Santos, que acolheu esta pretensão e, a partir daí fizeram-se os contactos institucionais. Assim, no dia quinze de março do ano de dois mil e dezanove, foi assinado o acordo de geminação com uma perspectiva de intervenção ampla, como forma de homenagear os lousanenses desde o ano de mil oitocentos e sessenta e quatro, de acordo com os registos em que chegou o primeiro lousanense a Santos até hoje e, dessa forma, partilhar e usufruir das boas práticas do Município da Lousã e da Cidade de Santos e participar em redes, uma vez que aquela cidade já participa numa rede com a UNESCO na área da Educação e Cultura. Deu nota a todos que tem ainda o objetivo de reforçar laços, investimentos e de promover uma maior ligação dos lousanenses à sua terra natal. Informou ainda que, posteriormente à assinatura do acordo de geminação com Santos, o Município da Lousã encetou contactos com o Município do Espírito Santo do Pinhal, onde se radicou o lousanense João Elisário de Carvalho Montenegro, mais conhecido por Comendador Montenegro que deixou um legado material e imaterial muito forte. Dedicou-se, primeiramente, ao comércio e depois à agricultura. Foi promotor de alguns notáveis melhoramentos e benefícios para a Lousã. Era um bom cidadão, possuído das ideias altruístas do seu tempo, pensando sempre no bem geral e no progresso da sua terra. Prevalece ainda hoje o reconhecimento de Espírito Santo do Pinhal, pela obra do Comendador Montenegro em várias formas de expressão, como beneficência e saúde. Informou ainda que durante esta visita oficial, o Prefeito de Espírito Santo do Pinhal, numa das cerimónias, fez a homologação pública de uma Lei Municipal, em que o Município de Espírito Santo do Pinhal estava autorizado a geminar-se ou "irmanar-se" com o Município da Lousã. Deu ainda nota que existiram outras manifestações claras daquilo que foi o interesse do Município do Espírito Santo do Pinhal, relativamente à ligação com a Lousã, onde a comitiva lousanense foi surpreendida, positivamente, com esta homologação pública de uma Lei Municipal que estabelece esta possibilidade formal e institucional entre os dois Municípios. Adiantou ainda que o Município do Espírito Santo do Pinhal manifestou interesse em promover Intercâmbios com a Lousã, nomeadamente, na área da Educação e ao aproveitamento dos espaços naturais florestais em termos de produtos endógenos, e em desporto aventura, porque reconhecem e já conheciam as boas práticas e os projetos existentes no Concelho da Lousã. A concluir anunciou que no próximo dia trinta de abril corrente, no Salão Nobre da Câmara Municipal, irá ser assinado um contrato de financiamento no valor de EUR: 30.000.00 (trinta mil euros), para apoio à Recuperação do Salão Paroquial da Igreja de Serpins,



homologado pelo Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais que estará presente na cerimónia. Deu nota que será remetido o respetivo convite, no entanto, ficavam, desde logo, convidados.-----

PONTO NÚMERO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, de acordo com o artigo 4º do respetivo Regulamento;-----

O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao **Primeiro Secretário, Mário Maduro**, para proceder, nos termos do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na redação dada pela Lei nº 106/2015, de 25 de agosto, à tomada de posse dos membros convocados para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, segundo o artigo nº 4º do Regulamento Municipal de Segurança, aprovado em sessão ordinária de doze de fevereiro do ano de dois mil e dezanove. Foi lavrado documento em Auto de Posse que faz parte integrante desta ata, que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa, doc. nº 4 (quatro)).-----

O Senhor Presidente da Mesa apresentou cumprimentos aos conselheiros que hoje tomaram posse e deu como concluído o processo de constituição do Conselho Municipal de Segurança que teve início na sessão ordinária de vinte e oito de junho do ano de dois mil e dezoito.-----

PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

2 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc. nº 5 (cinco)).-----

Inscrições: Aires Ventura, Marco Aurélio Sequeira, Conceição Loureiro, João Duarte e Joel Fernandes.-----

Aires Ventura interveio começando por se referir à informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. Pediu mais esclarecimentos sobre as reuniões que teve com a Associação Empresarial Serra da Lousã e com o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia, neste caso, e na sequência das informações prestadas na última sessão da assembleia, questionou se continuam a existir expectativas para que as obras do antigo Centro de Saúde sejam retomadas a breve prazo. Não querendo colocar em causa a importância da geminação do Município da Lousã com a cidade de Santos, no Brasil, criticou o facto de ter sido um processo pouco transparente para os lousanenses e representantes autárquicos, uma vez que a Assembleia Municipal não teve conhecimento formal, nem ainda, o Jornal O Trevim, na qualidade de órgão de comunicação social, tanto mais que, tem vários assinantes na região de Santos e como tal, faria todo o sentido estar incluído nesta deslocação. Sublinhou que, no entendimento do BE, faria todo o sentido que o Jornal O Trevim tivesse sido convidado para participar neste processo como veículo importante na troca de informações entre comunidades. Relativamente ao capítulo das Obras Municipais, questionou a referência feita à reabilitação da realização do regadio da Ribeira de S. João, perguntando como será feita.-----

Marco Aurélio Sequeira usou da palavra para destacar a inauguração do Museu do Circo. Disse que é o primeiro do género em Portugal, e está sediado no espaço da antiga escola primária em Foz de Arouce, Concelho da Lousã. Afirmou ainda que, na sua perspetiva, é a demonstração do trabalho



realizado pela Companhia Marimbondo e poderá ser mais uma atração para o concelho. -----

Conceição Loureiro interveio apresentando cumprimentos a todos, e com particular destaque ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins**, na qualidade de anfitrião que recebe tão bem a assembleia na sua freguesia. Seguidamente, referiu-se ao Museu do Circo, como uma obra bastante boa que permite condições confortáveis aos profissionais daquela atividade e aos munícipes e demais visitantes, uma vez que a Vila da Lousã já está potenciada com mais uma área de atratividade. Disse ainda que, da informação escrita do **Senhor Presidente da Câmara** não viu mencionada a intervenção no entroncamento da Estrada da Beira a Foz de Arouce, sentido Norte – Sul, onde está uma situação bastante preocupante já há algum tempo. Disse que teve sinalização, já esteve, inclusivamente, impedida ao trânsito, posteriormente, foi aberta aos bombeiros para cuidados de socorro e higiene e agora está aberta no sentido Lousã. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara** para quando está prevista esta intervenção, uma vez que o desmoronamento de um lado da estrada potencia alguns riscos. -----

João Duarte usou da palavra solicitando esclarecimentos e informações por parte do **Senhor Presidente da Câmara**, nomeadamente: quais os motivos e objetivos da visita a Lyon, dada a escassez da informação prestada, quais as conclusões que retirou do estudo das medidas de recuperação, se foram proveitosas para o Município da Lousã, e se verificou algo inovador que se possa adotar para a Lousã. Perguntou qual foi a perspetiva de participação no dia da Lousã, na BTL, tanto a nível de trabalhadores da Câmara Municipal, como do **Senhor Presidente da Câmara** e qual a estratégia e ferramentas que o município tem adotado no seguimento de melhorar a atração turística para o Concelho da Lousã, porque, no seu entendimento, o **Senhor Presidente da Câmara** terá uma estratégia que tem utilizado ao longo deste tempo. Concluiu a perguntar qual o investimento e esforço que a Câmara Municipal tem despendido nestes últimos meses. -----

Joel Fernandes referindo-se à informação escrita da atividade municipal perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se tem algum desenvolvimento a respeito da criação da Empresa Intermunicipal de Águas e Saneamento, que é um assunto que já tem vindo a ser debatido e continua a preocupar a todos, pela positiva. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, começando por dizer: que a Câmara Municipal realiza várias reuniões com a Associação Empresarial Serra da Lousã – AESL ao longo do ano, e tem uma reunião anual de avaliação das parcerias existentes em vários domínios e sobre diversos eventos, que vão decorrendo no concelho ao longo de todo o ano, em relação ao ano anterior e, ainda, á preparação dos próximos eventos. Informou que existe um calendário e um plano de atividades empresariais com o apoio da Câmara Municipal. Relativamente à reunião com o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Lousã, a pedido deste, informou que o objetivo teve a ver com vários assuntos e, as informações sobre as obras do Hospital de S. João que dispõe neste momento, são as mesmas que tinha e que transmitiu na passada sessão que é a perspetiva de serem retomadas as obras. Recordou que o processo decorre entre a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e o promotor com quem aquela instituição estabeleceu o acordo. Sobre a divulgação da



geminção do Município da Lousã com a cidade de Santos, no Brasil, informou que foi feita no momento oportuno, pelas vias adequadas e que o Executivo Municipal, previamente, aprovou a geminação e respetiva deslocação. Esclareceu ainda que o Executivo trabalhou de acordo com as atribuições e competências que lhe são conferidas e a comitiva foi apenas uma presença institucional. Recordou que a Lusa fez uma notícia sobre esta geminação que foi divulgada em âmbito nacional. Sobre o regadio da Ribeira de S. João, informou que é um projeto que está realizado, a candidatura foi apresentada pela Câmara Municipal e neste momento já está aprovada e validada pela Direção Regional de Agricultura, porque é a entidade reconhecida e creditada para esta avaliação, a Câmara Municipal é a dona da obra e, porque entendeu como importante, avançou com o processo e irá contratar a empresa que fará a beneficiação do regadio da Ribeira de S. João, acrescentando que a entidade gestora do regadio é feita por uma Comissão de Regantes. Sublinhou as palavras proferidas por **Marco Aurélio Sequeira** e **Conceição Loureiro** sobre a importância do Museu do Circo e reconheceu a valorização do património municipal e a dinamização da freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, concretamente, na zona central de Foz de Arouce, promovendo a utilização com o fim socialmente relevante de uma antiga escola primária. Informou que o espaço tem apresentado uma boa dinâmica e espera que continue a evidenciar a sua importância regularmente e ainda com mais expressão. No que diz respeito à proibição de trânsito a veículos pesados no ramal de Foz de Arouce, esclareceu que tem a ver com um dano que se verifica no pontão. A Câmara Municipal está a proceder à recolha de informação no sentido de reunir as condições necessárias para depois tomar a decisão mais adequada. Enquanto essa informação não estiver toda recolhida e avaliada, manter-se-á este condicionamento. A questão da deslocação a Lyon foi promovida pela CIM – RC, composta pelos dezanove Presidentes de Câmara que a compõem, sendo a temática principal verificar o que são as práticas e as políticas implementadas naquela região, e as estratégias de atração de população, especialmente, em alguns espaços e concelhos com densidade populacional menor e inversão do ciclo demográfico. Para além de contactos formais com os responsáveis da região de Lyon, tiveram contactos e reuniões com responsáveis departamentais: quer de infraestruturas, quer de educação e cultura, serviços sociais e desenvolvimento económico, onde deram a conhecer as ações que implementaram naquela região. Tiveram ainda oportunidade de visitar o Município de Tarare que teve uma perda populacional muito acentuada, influenciada de forma muito significativa pela indústria têxtil que era a base económico-social daquele município. Foram, sobretudo, verificar as ações que eles implementaram e que permitiram que, neste momento, tenham já recuperado boa parte da sua população. Construíram uma autoestrada que liga Tarare a Lyon, em vinte e cinco minutos, o que os fez criar outra atratividade daquele território. Sobre as boas práticas, referiu que se aprende sempre, e que, pese embora as diferenças, o Município da Lousã está em linha com o Município de Tarare. Relativamente a políticas: serviços gerais, educação, saúde, desporto e cultura, verificou que o que se tem vindo a implementar no concelho está em linha com o ali implementado. O elemento mais diferenciador são as vias de comunicação e, em função das políticas administrativas de França que tem as regiões, têm



uma autonomia muito forte e aquelas vias de comunicação permitiram-lhes uma forte alavancagem. A relação dos municípios e o governo regional é claramente efetiva e por isso há uma distribuição, captação e gestão de dinheiro direta e muito diferente da nossa realidade. As regiões têm uma captação direta de fundos comunitários muito diferentes daquilo que cá se consegue. Deu nota ainda que no Município de Tarare, deu-se uma reconversão, e neste momento, têm uma área desportiva, área social e um complexo fabril com espaço multifunções para outro tipo de serviços e empresas o que tem criado uma nova dinâmica naquele concelho. Ainda tiveram um rápido contacto com a Unidade Missão que foi criada em Lyon para a recuperação da Zona Histórica e para a sua classificação como património UNESCO. Sobre a BTL, informou que a participação do Município da Lousã foi feita no âmbito da DUECEIRA definido pelos quatro municípios na sequência do trabalho no ano passado "á volta da mesa Terras da Chanfana". A avaliação da participação ainda não está concluída, mas numa primeira reunião de avaliação após o evento, é globalmente positiva. Em relação ao "dia da Lousã", dentro do que foi perspectivado, as atividades corresponderam ao expetável e definido previamente. Sobre a participação conjunta e avaliação global disse ainda não estar encerrada a avaliação, mas, de acordo com o que foi manifestado pelos representantes dos diferentes municípios, a avaliação é positiva. Sobre a melhoria da atratividade turística, disse ser um trabalho sempre em continuidade e que nunca estará terminado. A Câmara Municipal tem procurado em diferentes frentes, desde a imprensa escrita, televisão e via digital de forma gradual e consistentemente reforçando a notoriedade do "nome Lousã" e do que a Lousã tem para oferecer. Salientou que, recentemente, quer através da imprensa escrita, quer na rádio e na televisão, o Concelho da Lousã, no conjunto dos diversos agentes, em trabalho de rede, teve várias reportagens e inserção em várias publicações nacionais e internacionais que são importantes e vão ao encontro daquilo que tem sido a estratégia gradualmente a implementar no sentido de fazer o reforço da notoriedade. O investimento financeiro efetuado, está a ser avaliado neste momento, mas é, substancialmente, inferior relativamente àquilo que tem sido o impacto da presença da Lousã nos diferentes meios referidos, ou seja, relativamente ao retorno à divulgação da oferta existente. Sobre a APIN – designação dada à Empresa Intermunicipal de Ambiente que vai agregar onze municípios, informou que já foi submetida uma candidatura, neste momento em avaliação, ao POSUR, numa perspetiva intermunicipal, e em nome dos onze municípios. Afirmou que espera que no próximo mês de maio possam existir decisões relativamente a esta candidatura. Informou ainda que o processo de constituição desta Empresa Intermunicipal, já foi submetido ao Tribunal de Contas - TC, que já veio solicitar informações complementares, que já foram fornecidas, aguardando, neste momento, o competente visto daquele TC - e, a partir daí, celebrar a escritura de constituição formal ao mesmo tempo que já se está a desenvolver uma outra candidatura, igualmente no universo dos onze municípios, a outra via de financiamento, no âmbito do POSEUR, para a eficiência hídrica, no que diz respeito ao combate às perdas. Adiantou ainda que, ao mesmo tempo estão a desenvolver diligências para que a Empresa possa começar a operar no mais curto espaço de tempo possível, fazendo o recrutamento de técnicos, particularmente dos diretores gerais e dos diretores das áreas mais sensíveis,

trabalho este que já está a ser iniciado. Da mesma forma já se encontra a desenvolver trabalho com a mesma empresa que deu apoio para a constituição da APIN, com a articulação dos onze municípios, para a transição administrativa e financeira de todos os procedimentos, a ter lugar no início do mês de maio. -----

PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

3 – Apreciação e votação da proposta de não-aceitação da transferência de competências previstas no presente Decreto-Lei Sectorial 20/2019 de 30 de janeiro, em matéria de proteção e saúde animal e segurança alimentar e procede à alteração, entre outros diplomas, do Decreto-Lei nº 116/98, de 5 de maio que estabelece os princípios gerais da carreira do médico veterinário municipal, sob proposta do Executivo, (doc. nº 6 (seis)). -----

Inscrições: Aires Ventura, Conceição Loureiro, Ana Paula Sançana e João Pedro Melo.-----

Aires Ventura usou da palavra para dizer que o BE está totalmente de acordo com o teor da proposta apresentada, e disse que isto só vem revelar que este tipo de descentralização, imaginada por este governo só tem como estratégia empurrar os problemas e as responsabilidades que deveriam ser parte do Estado para as autarquias e além disso, também, é uma estratégia para impedir que haja uma verdadeira regionalização em Portugal e a prova disso foram as palavras do **Senhor Presidente da Câmara** quando se referiu à diferença da região da cidade de Lyon e a falta de regiões em Portugal para que as coisas funcionassem melhor. -----

Conceição Loureiro interveio subscrivendo as palavras proferidas pelo colega do BE, e apelou ao Executivo que tenha exatamente o mesmo procedimento, quando o governo quiser transferir as competências em matéria de educação, para as autarquias onde a médio longo prazo só vai privilegiar a escola pública. Disse que isto é uma "descentralização um bocado atabalhoada". -----

Ana Paula Sançana tomou a palavra começando por dizer que na sessão da Assembleia Municipal onde foi debatido este tema, ficou bem presente a sensibilidade por parte da bancada municipal do PSD, relativamente a esta descentralização, não pelo tema em si, mas pela forma como está a ser conduzida. Afirmou achar estranho o Senhor Ministro entender que está a ter "muito sucesso com esta dita reforma". Disse que a bancada do PSD concorda com a proposta apresentada e irá votar favoravelmente a não-aceitação da transferência de competências. Ainda assim, disse que ficam preocupados porque sabem que, citando: "isto é só o adiar de um problema, porque, se a autarquia pode agora recusar estas competências em dois mil e vinte e um, não o poderá fazer. " Disse que, citando: "gostaria de saber se, face a esta perspectiva o facto de ainda não haver a mínima consciência e noção que envelopes financeiros é que vão acompanhar as medidas que se pretendem descentralizar, se nós temos alternativa futura, se há possibilidade, através da ANMP de tentar empurrar esta questão que não é para adiar, é simplesmente rejeitar. Estamos a tratar de matérias muito sensíveis...como a educação... relativamente à saúde, também sei que cerca de cento e cinquenta municípios já pediram esclarecimentos ao governo". Perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se o Município da Lousã também já fez alguma diligência ou pedido de esclarecimentos desta transferência de



competências e outras, como a da educação que são áreas bastantes complicadas. -----

João Pedro Melo interveio começando por se associar às palavras proferidas por **Conceição Loureiro** relativamente às comemorações do 25 de Abril. Recordou que neste dia e nesta hora há quarenta e cinco anos atrás, ninguém estava a discutir este tipo de assuntos e por isso, registou com agrado que esta é a maior conquista de abril que foi o Poder Local. Quanto ao ponto da ordem de trabalhos em discussão, afirmou que a bancada municipal do PS se revê na proposta apresentada e vai votar favoravelmente nesta não-aceitação, porque revela sentido de responsabilidade e não é chumbar tudo e não aceitar nada, é com sentido de responsabilidade ver caso a caso aqueles em que é possível aceitar, e os que requerem algum aperfeiçoamento, como é o caso desta transferência. Não faz sentido que o município que já paga cerca de 60% do vencimento do médico veterinário ter que começar a pagar 100%, quando ele vai exercer funções ao Estado. Daí que, é entendimento do PS de que esta não-aceitação, é mais uma forma de o Estado poder tornar a estudar estes assuntos, poder aperfeiçoá-los e, em dois mil e vinte e um, quando forem obrigados a aceitar esta transferência saberem que na pressão do Poder Autárquico terá havido um ajustamento e aperfeiçoamento destas matérias. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que o Executivo está a fazer aquilo que assumiu desde sempre, entendendo que por princípio a descentralização é boa e que é uma reivindicação desde há muito tempo por parte do Poder Autárquico, ou seja, ter mais competências. Afirmou que iria fazer uma avaliação, caso a caso. Naqueles diplomas que tinham as condições reunidas para aceitar a transferência de competências que o faria, naqueles em que entendesse que não estavam reunidas as condições, não o faria. Significa que está a ser feita uma análise de caso a caso sobre as condições de aceitação ou não, e é exatamente isso que estão a fazer, como forma de compromisso perante a assembleia. A qualidade de serviço prestado às populações é o princípio prioritário da análise a ter em consideração. Disse ainda que, pode não ser o ideal, mas foi dos processos, desta legislatura, mais amplamente consensualizados entre todos os partidos, teve, inclusivamente, a assinatura de um acordo entre o PS e o PSD relativamente à formulação e implementação. Recordou que, de acordo com a lei que está aprovada, no ano de dois mil e vinte e um, com ou sem vontade, as transferências de competências passarão para a administração municipal e outras de âmbito intermunicipal. Esclareceu que quando se referiu a Lyon, pretendia dizer que predomina um modelo de regionalização que funciona e que, de facto tem resultados na prática, até porque a densidade populacional e área territorial não é comparável ao nosso país, não disse que deveria haver em Portugal esta regionalização. Reiterou a afirmação de que a pior coisa que se pode fazer, neste momento, é misturar a possibilidade futura de discussão da regionalização com a descentralização que está em curso, conforme já afirmou em assembleia anterior. O que importa é discutir o que está em cima da mesa, não sendo um processo perfeito e tranquilo, até porque os diversos municípios têm realidades muito diferentes, é o que foi possível implementar e que está em discussão e como tal, é sobre ele que se devem debruçar. Sobre este processo, reiterou que o município avaliou que não estavam reunidas as condições para aceitar as competências no



imediatamente e por isso, propõe sob proposta à Assembleia Municipal esta recusa. Confirmou que a Câmara Municipal já solicitou informações relativamente à área da saúde, foi feita a avaliação, elencadas as questões que devem ser reavaliadas, incluindo montantes concretos de cada uma delas, e já recebeu uma resposta por parte da Secretaria de Estado informando que o assunto foi remetido à Administração Regional de Saúde para resposta às questões colocadas, e até ao momento a Câmara Municipal não obteve esta resposta.

Colocada à votação a proposta de não-aceitação da transferência de competências previstas no presente Decreto-Lei Sectorial 20/2019 de 30 de janeiro, em matéria de proteção e saúde animal e segurança alimentar e procede à alteração, entre outros diplomas, do Decreto-Lei nº 116/98, de 5 de maio que estabelece os princípios gerais da carreira do médico veterinário municipal, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 25 (vinte e cinco) votos a favor do PS, PSD, BE e CDU.

O Senhor Presidente da Mesa informou a assembleia que foi acordado em reunião de Conferência de Representantes que a apreciação dos pontos quatro a treze, inclusive, em virtude de se tratar da mesma matéria, far-se-ia a apreciação e discussão globalmente e, posteriormente, a votação individual. Desta forma, abriu o período de inscrições para os interessados usarem da palavra.

Inscrições: Aires Ventura, Conceição Loureiro, Dilene Gonçalves e Luís Martins.

Aires Ventura interveio dizendo que está de acordo com a discussão destes pontos em conjunto. Deu nota de que o sentido de voto do BE será igual para todos e por isso, informou que concorda com a reabilitação das Zonas Urbanas dos vários processos apresentados, formulando votos para que o processo avance e tenha uma conclusão, o mais rápido possível.

Conceição Loureiro usou da palavra dizendo que a CDU concorda com a reabilitação urbana na "zona mais urbana da Lousã", mas manifesta alguma preocupação no que concerne à reabilitação das aldeias, porque a Lousã tem uma zona própria e um investimento próprio de zonas comunitárias, embora não tenha nada a opor, e concorda com as palavras do BE, quanto à celeridade deste processo. Relativamente às outras, entende que foi "deixado ao acaso, a reabilitação dos edifícios, nas periferias, pelos seus proprietários. A publicitação foi cumprida, mas entende que o Diário de Coimbra, não é o veículo de informação mais próximo das pessoas. Houve preocupação de fazer uma reunião na Lousã, com os interessados mas, a maioria das pessoas nem sequer souberam o que se estava a passar, porque não leem, porque não dizem, porque não sabem, e por isso, entende que foram deixados um bocado ao acaso. Pára nestas situações apenas ameaças, como o IMI, caso não se arranje, o apetite da especulação imobiliária, também, vai estar muito à espreita destas situações. Nem todos os proprietários têm dinheiro para investir nas questões de reabilitação e ainda, acho que uma parte muito pequena destes proprietários é que irão fazer obras de beneficiação, porque realmente, não há dinheiro para muito mais."

Dilene Gonçalves usou da palavra dizendo que estes dez projetos que estão aqui apresentados para além do mérito que têm, enquanto operações de reabilitação urbana, têm uma particularidade que entendeu necessário referenciar nesta assembleia. Afirmou que a política fiscal dentro das



competências atribuídas às Câmaras Municipais é utilizada para fomentar a reabilitação urbana. O município propõe-se abdicar das receitas de IMI, IMT e taxas promovendo desta forma a reabilitação do edificado urbano privado.---

Luís Martins interveio para se referir às áreas de reabilitação urbana dizendo que os núcleos urbanos têm vindo a ter uma degradação progressiva das suas estruturas urbanas e dos seus edifícios consequência da idade dos mesmos, da faixa etária de quem lá mora e ainda do êxodo dos descendentes que saem destas áreas para outros sítios mais novos na procura de melhores condições. Evitar o abandono destas estruturas, nestes pontos e nestas localidades, é mais do que uma necessidade, é uma obrigação que se deve ter em atenção. Por isso a reabilitação urbana tem-se mostrado como uma preocupação deste Órgão Executivo e da Assembleia. Afirmou ser um instrumento indispensável para a requalificação destes lugares e respetivo património que se traduz no seu desenvolvimento e fomento da coesão social onde se aplica esta reabilitação. Formulou votos para que os munícipes façam uso destes projetos que vão ser submetidos a aprovação. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio esclarecendo o seguinte: o que é submetido para apreciação e aprovação desta assembleia, é decorrente de um primeiro momento de aprovações realizadas neste mesmo Órgão que foram as Áreas de Reabilitação Urbana, dando agora origem às Operações de Reabilitação Urbana. Permitindo a criação de um conjunto de benefícios e incentivos que tem como objetivo estimular os proprietários privados para fazerem a recuperação dos seus imóveis. Funciona como um incentivo, um estímulo para que possa ser encetado o processo de recuperação de regeneração urbana do edificado privado nestes dez aglomerados urbanos que foram, previamente, definidos, identificados e aprovados por esta Assembleia Municipal. Afirmou que, o Executivo Municipal também deseja que este processo tenha uma boa evolução, mas, neste caso, este resultado está do lado dos proprietários. Deseja que estes instrumentos criem uma dinâmica acrescida de incentivo à recuperação desse edificado. Esclareceu que estes dez processos são Operações de Reabilitação Urbana - ORU's simples. No caso do Centro Urbano da Vila da Lousã, é uma Operação de Reabilitação Urbana Integrada que contempla investimentos públicos, e que permite benefícios e incentivos ao edificado privado. Sublinhou para que fique bem claro e explícito que os fundos comunitários a receber só podem ser aplicados nas ORU's promovidas pela Câmara Municipal quer em equipamentos, quer em vias ou espaços públicos municipais, que é o caso da Lousã. É só para intervenção nos Centros Urbanos das Sedes do Concelho. Significa isto que, nem que o Executivo tivesse vontade de realizar estas obras em outros locais do concelho, embora possa reconhecer essa necessidade, não é possível, uma vez que estas verbas de fundos comunitários só podem ser aplicados nas Sedes do Concelho. Em relação ao desconhecimento por parte das pessoas, esclareceu que a informação poderá ser intensificada e está previsto fazê-la para as freguesias, a partir do momento que sejam aprovadas estas ORU's. Realizar-se-ão sessões informativas para que as pessoas saibam concretamente aquilo a que podem recorrer, quais os benefícios e reduções de taxas e outros incentivos. Esclareceu ainda que não é por existirem ARU's que o IMI pode ser agravado, porque poderia ter sido agravado anteriormente. Mais informou que até ao momento, o Município da Lousã ainda não foi por essa via, embora haja outros municípios a fazê-lo e não

tinham ARU's criadas, porque a lei permite o agravamento no caso de um edifício devoluto. Relativamente a uma sessão da qual as pessoas não terão tido conhecimento, disse que foi feito um esforço grande de comunicação, até aos próprios moradores, em caixa de correio e estabelecimento a estabelecimento, para que as pessoas participassem e por isso, estranha que as pessoas digam que não têm conhecimento porque, até participaram pessoas vindas de outros lugares que não tinham nada a ver com a Área onde iria ser feita a intervenção. Ainda assim, acrescentou que a informação poderá ser sempre reforçada mais proximamente, por várias vias, entre as quais por parte das Juntas de Freguesia, como algumas já o fizeram. Reforçou as palavras de **Dilene Gonçalves** e informou que a Câmara Municipal está disponível para apoiar e deseja abdicar de uma parte da receita de IMI como forma de apoio e incentivo.

O Senhor Presidente da Mesa anunciou que o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio** teve necessidade de se ausentar por se realizar a reunião da assembleia da sua freguesia. Assim passou-se ao período de votação.

PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:

4 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Foz de Arouce, sob proposta do Executivo, (doc. nº 7 (sete)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Foz de Arouce, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 23 (vinte e três) votos a favor do PS, PSD e BE e 1 (uma) abstenção da CDU.

PONTO NÚMERO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:

5 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana das Gândaras, sob proposta do Executivo, (doc. nº 8 (oito)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana das Gândaras, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 23 (vinte e três) votos a favor do PS, PSD e BE e 1 (uma) abstenção da CDU.

PONTO NÚMERO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:

6 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Casal de Ermio, sob proposta do Executivo, (doc. nº 9 (nove)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Casal de Ermio, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 23 (vinte e três) votos a favor do PS, PSD e BE e 1 (uma) abstenção da CDU.

PONTO NÚMERO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:



7 – Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Serpins, sob proposta do Executivo, (doc. nº 10 (dez)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Serpins, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE.

PONTO NÚMERO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:

8 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Vilarinho sob proposta do Executivo, (doc. nº 11 (onze)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana de Vilarinho sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 23 (vinte e três) votos a favor do PS, PSD e BE e 1 (uma) abstenção da CDU.

PONTO NÚMERO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:

9 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Candal sob proposta do Executivo, (doc. nº 12 (doze)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Candal sob proposta do Executivo foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE.

PONTO NÚMERO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:

10 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Casal Novo, sob proposta do Executivo, (doc. nº 13 (treze)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Casal Novo, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE.

PONTO NÚMERO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS:

11 – Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia da Cerdeira, sob proposta do Executivo, (doc. nº 14 (catorze)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia da Cerdeira, sob proposta do Executivo foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE.

PONTO NÚMERO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:

12 – Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Chiqueiro, sob proposta do Executivo, (doc. nº 15 (quinze)).

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Chiqueiro, sob proposta do Executivo, foi aprovada por

unanimidade com 23 (vinte e três) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos.-----

PONTO NÚMERO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

13 - Apreciação e votação da versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Talasnal, sob proposta do Executivo. (doc. nº 16 (dezasseis)). -----

Colocada à votação a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Talasnal, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE. -----

PONTO NÚMERO CATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

14 – Informação do Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal, a enviar: O Relatório de Acompanhamento Financeiro referente ao ano de 2018, o Relatório de Conclusões e Recomendações da auditoria e a Certificação Legal de Contas referentes a 2018, (doc. nº 17 (dezassete)). -----

O Senhor Presidente da Mesa informou que o documento, apesar de ser apenas para informação da assembleia se alguém quiser usar da palavra pode-se inscrever.-----

Inscrições: Luís Martins. -----

Luís Martins interveio para dar ênfase aos relatórios disponibilizados pelo Revisor Oficial de Contas – ROC, dizendo que é a entidade externa que certifica que as demonstrações financeiras apresentadas pelo município, estão de acordo com as normas de informação financeira e estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada. -----

O Órgão Deliberativo tomou conhecimento.-----

PONTO NÚMERO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

15 - Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2018 que inclui o Relatório de Gestão, Inventário, Balanço Social e Contabilidade de Custos, sob proposta do Executivo, (doc. nº 18 (dezoito)). -----

Inscrições: Luís Martins, João Duarte, Dilene Gonçalves. -----

Luís Martins interveio dizendo que iria fazer um resumo análise aos documentos que foram submetidos para apreciação e aprovação da assembleia. Fez um comentário analítico às Grandes Opções do Plano – GOP dizendo que: as Funções Sociais continuam a ter um elevado peso no valor total da despesa com grande percentagem na despesa paga, com 53.12%, depois surgem as Funções Económicas com 24, 37% e as Funções Gerais com 22.52%. Estacou no plano plurianual de investimento onde se verifica que o nível da despesa faturado em execução foi em 65% e o valor executado ascende a um milhão setecentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e oito euros. Destes projetos, destacou as Aldeias Resíduo Zero, o Ecocentro Municipal e o alargamento da recolha seletiva municipal, a função do turismo, na proteção civil, na luta contra incêndios e, também, a nível de saneamento. A nível de execução do ano de dois mil e dezoito em relação ao ano de dois mil e dezassete, nas atividades relevantes, analisada em termos de percentagem, é inferior. Contudo, se avaliarem em termos reais, o valor, este ano, é superior em quase um milhão de euros, em dois mil e dezassete foram quatro milhões e



quarenta e seis mil euros e, este ano, ascende aos cinco milhões e sessenta e seis mil euros. Destacou ainda a componente patrimonial onde tem um resultado negativo de um milhão duzentos e cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e sete euros que são justificados, sobretudo, pelas amortizações do exercício, pelos custos com o pessoal e, também, pela aquisição de serviços. Disse que, das análises a esta estrutura, são custos onde é difícil a autarquia conseguir reduzir daí o resultado ter aquela expressão, por outro lado, indo pela receita, teriam que se imputar impostos ou taxas aos munícipes. Evidenciou a relação do resultado antes das depreciações, que têm um valor positivo de um milhão cento e oitenta e seis mil zero treze ponto quarenta e seis, o que, disse, significa que se não tivessem renovado as amortizações do exercício até teriam um resultado operacional positivo.-----

João Duarte usou da palavra dizendo que o PSD tem uma análise diferente e focaram-se no prejuízo que a Câmara Municipal alcançou no resultado do ano de dois mil e dezoito. Contrariando a intervenção de **Luis Martins**, afirmou que a Câmara Municipal não consegue abdicar deste prejuízo. Disse que acredita e, conhecendo bem o município, este valor é o reflexo de uma má gestão porque se trata de duzentos mil euros de um ano para o outro. Para o PS e esta governação, esta diferença poderá não ser muito, no entanto, entende que este aumento de um ano para o outro, apenas com a justificação da aquisição de novos serviços, é insuficiente e por isso, pediu esclarecimentos sobre esta situação ao **Senhor Presidente da Câmara**. Acrescentou ainda que não verificou que se trate de gastos com os recursos humanos, em virtude de não ter essa indicação.-----

Dilene Gonçalves interveio dizendo, citando: "*quanto aos documentos de prestação de contas que nos foram apresentados, gostaria de referenciar alguns aspetos que considero relevantes*": a execução da receita no exercício do ano de dois mil e dezoito foi de 85, 63%, verificando-se um decréscimo pouco significativo, de 0, 94% em relação ao ano de dois mil e dezassete. Contudo, excluindo o saldo de gerência anterior, o município executou mais receita do que no ano de dois mil e dezassete. As transferências correntes obtidas, em relação ao ano de dois mil e dezassete, aumentaram 6, 69%, alavancadas, essencialmente, pelo acréscimo da rubrica de outras receitas. Esta rubrica teve este crescimento pelo facto de no ano de dois mil e dezoito terem existido alguns factos pouco usuais, nomeadamente, um donativo para a aquisição de uma ambulância e um reembolso de IVA da Autoridade Tributária. Em relação à participação fixa no IRS, e, sublinhou, a assembleia aprovou esta redução de cinco para quatro por cento. Verifica-se que apesar de um ligeiro aumento de receita do ano de dois mil e dezassete para o ano de dois mil e dezoito, ainda assim, em comparação com o ano de dois mil e dezasseis, existe uma redução de receita no valor de EUR: 119.966.00 (cento e dezanove mil novecentos e sessenta e seis euros). O nível de execução da despesa foi de 83,60%, ligeiramente inferior ao ano de dois mil e dezassete. Quanto às despesas, afirmou que importa salientar que os custos com pessoal aumentaram 5.5% em resultado do aumento do salário mínimo nacional e do descongelamento de carreiras. Concluindo a sua intervenção dizendo ainda que, também, a aquisição de bens e aquisição de serviços sofreram aumentos significativos. Em relação à aquisição de serviços por parte da Câmara Municipal, colocou uma questão ao **Senhor Presidente da Câmara** do seguinte teor: na página vinte e nove do relatório, no quadro da aquisição de serviços,



disse verificar-se que há um incremento considerável na rubrica de "Outros trabalhos especializados", assim, solicitou que justificasse este aumento muito significativo. A concluir e em tom de notas finais, afirmou que se verifica o princípio do equilíbrio orçamental com um saldo para a gerência seguinte de EUR: 351.857.33 (trezentos e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e sete euros e trinta e três cêntimos). Há uma estabilização dos indicadores económico-financeiros, o cumprimento do equilíbrio corrente e dos limites de endividamento. O prazo médio de pagamentos fixou-se nos trinta e quatro dias. Os custos com o pessoal e aquisição de bens são rubricas com grande expressão nas contas do município e são difíceis de reduzir sem que a atividade municipal e os compromissos assumidos com os lousanenses sejam colocados em causa, por outro lado, também não tem sido política do Executivo aumentar receita, uma vez que se verifica que nos últimos anos não tem existido aumento de taxas nem de impostos. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra começando por dizer que o Executivo submete à Assembleia Municipal os documentos que compõem a Prestação de Contas do exercício do ano de dois mil e dezoito e que se nos referidos documentos houvesse alguma irregularidade substantiva, tal como foi evidenciado no ponto anterior, o ROC teria feito a respetiva advertência. A afirmação de "má gestão" relativamente ao facto de se focarem, especificamente, num parâmetro da avaliação no Relatório de Gestão, não lhe parece, por esse motivo, a mais adequada. A acrescentar, há ainda a responsabilidade política do Executivo assumida, e uma estrutura da Câmara Municipal, responsável pelo setor financeiro que não merece que seja feita uma afirmação deste sentido e com esta ligeireza, tendo em conta um único parâmetro da análise de um documento com esta imensurável informação. Sublinhou que os documentos vêm na mesma linha dos apresentados em anos anteriores e, aproveitando o momento, endereçou uma palavra de agradecimento aos serviços responsáveis pela elaboração destes documentos, especialmente, aos técnicos da área financeira da Câmara Municipal, pelo trabalho que desenvolveram na elaboração desta informação de prestação de contas apresentada. Confirmou que é um facto o resultado líquido negativo. Comparativamente aos últimos anos, com exceção dos anos de dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, que tiveram situações extraordinárias, o resultado líquido da Câmara Municipal sempre foi negativo e sempre nesta ordem de grandeza e não foi por isso considerada uma "Câmara Municipal com má gestão". Relativamente ao agravamento em cento e sessenta mil euros do resultado líquido do exercício do ano de dois mil e dezoito em relação ao ano anterior deveu-se a vários fatores, entre os quais e fundamentalmente: as amortizações e o reconhecimento e valorização de património municipal no immobilizado da Câmara Municipal que têm, em termos de resultado líquido este impacto. Existem outros indicadores para além deste que devem ser, igualmente, motivo de análise e, como também já foi referido, a Câmara Municipal está "saudável" financeiramente. Disse que a Receita Corrente aumentou entre os anos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito e no caso da Receita de Capital, o crescimento foi menos expressivo. Disse que se verifica que a execução da despesa diminuiu, do ano de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito. As Despesas de Capital registaram um decréscimo face ao exercício anterior. Relativamente às Grandes Opções do Plano, sublinhou que se verifica a importância dada às funções sociais em

cerca de EUR: 4.459.974,10, (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil novecentos e setenta e quatro euros e dez cêntimos), que correspondem a 32,96% do orçamento total municipal, o que evidencia o cumprimento do objetivo definido de investimento nas pessoas, bem como a alteração do paradigma de gestão das autarquias locais, que se vem concretizando nos últimos anos, com a despesa a ser direcionada, essencialmente, para as despesas nas funções sociais, onde também estão incluídos o abastecimento de água, o saneamento e os resíduos sólidos, que no exercício do ano de dois mil e dezoito, assumiram elevada relevância. Sublinhou que a aposta nas Funções Sociais é também evidente através dos valores apurados na Contabilidade de Custos e na Demonstração de Resultados, uma verba substancial é canalizada para as Funções Sociais, nomeadamente, para a Educação, a Saúde, a Ação Social, o Saneamento, o Abastecimento de Água, os Resíduos Sólidos. No ano em análise, o Município da Lousã estabilizou os indicadores económico-financeiros, cumpriu todos os limites legais de endividamento e não tem pagamentos em atraso, apresentando um prazo médio de pagamentos de trinta e quatro dias. No ano de dois mil e dezoito, o endividamento a terceiros, não considerando a dívida com empréstimos bancários registou uma diminuição e em relação à Dívida às Instituições Financeiras registou um decréscimo. No que diz respeito aos Custos com o Pessoal, esclareceu que os impactos relativos se devem, nomeadamente, a atualizações salariais. Considerou o Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos que, no exercício de dois mil e dezoito e o Cash – Flow, que evidencia o saldo entre as entradas e saídas à data de trinta e um de dezembro no montante de EUR: 1.713.930.06 (um milhão setecentos e treze mil novecentos e trinta euros e seis cêntimos). Tendo em conta os fatores referidos, bem como vários outros desafios com que as Autarquias Locais têm sido confrontadas, entende que a informação financeira apresentada comprova a concretização dos objetivos definidos de forma sustentada, assegurando a conjugação de um volume considerável e transversal de investimentos com o equilíbrio ao nível da gestão. A concluir a sua intervenção e em resposta à questão sobre a rubrica "trabalhos especializados", esclareceu que o aumento expressivo no ano de dois mil e dezoito, em relação ao ano anterior, nesta rubrica, teve a ver com situações de serviços melhorados, contratos regulares de manutenção e outras prestações de serviços com especificidade técnica, trabalho realizado sobre faixas de gestão de combustível, estabilização de emergência e outros trabalhos deste tipo, entraram como montantes nesta rubrica. Como consequência tem este aumento expressivo relativamente ao exercício do ano de dois mil e dezassete. Disse ainda que há outro parâmetro relevante a ter em conta que é a capacidade de endividamento da Câmara Municipal. Terminou a sua intervenção dizendo que uma análise rigorosa à Prestação de Contas, não pode ser feita com base em apenas um único parâmetro.-----

João Duarte pediu a palavra ao **Senhor Presidente da Mesa** ao abrigo do artigo 28º do Regimento da Assembleia Municipal, para prestar esclarecimentos e justificar a sua intervenção.-----

João Duarte disse, citando: "*Senhor Presidente a afirmação que fiz surge no sentido de uma diferença de duzentos mil euros que eu e a minha equipa, neste caso, consideramos legítimo questionar o Senhor Presidente e dizer que poderia ter feito melhor. Entendemos que a gestão poderia ter sido mais*



cuidada, duzentos mil euros poderiam ter sido compensados de outra forma e, neste sentido, sem ser concreto na abordagem, entendo que o Senhor Presidente está aqui a dar de barato duzentos mil euros. Senhor Presidente, o que é que podia ter feito que não fez para tentar aqui manter o equilíbrio seguindo o ano de dois mil e dezassete para o ano de dois mil e dezoito? O que é que não fez? Mas, neste sentido, já justificou e eu aceito a sua justificação. Agora, é legítimo da nossa parte apresentar a questão". -----

O Senhor Presidente da Mesa convidou o **Senhor Presidente da Câmara** a responder, se assim o entendesse. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que, uma vez que lhe é endereçada uma pergunta, não pode deixar de responder, dada a insistência num argumento que pensava já estar esclarecido. Em primeiro lugar, retificou que não se trata de duzentos mil euros, mas sim, cento e sessenta e um mil euros. Os motivos já foram invocados e no relatório, apesar de ser considerado uma situação menos positiva, em termos de apreciação, está mais discriminado e explicitado qual a razão pela qual o resultado é mais negativo. Seguidamente, disse que para além da questão do imobilizado, já foi referida outra situação durante esta sessão que a bancada do PSD e concretamente **João Duarte**, como elemento atento, também tem conhecimento, que é o facto da atividade operacional da Câmara Municipal ser o ponto fulcral da resposta aos munícipes. Na atividade operacional está incluída, por exemplo: o abastecimento de água, onde o Município da Lousã, há vários anos, não tem imputado os aumentos da entidade que fornece em alta, aos munícipes/consumidos/utentes, e, igualmente, não tem feito a atualização de preços de taxas referentes aos serviços e bens que fornece, assumindo esses custos. Como tal, esse diferencial deve ser tido em conta. Compreendendo que politicamente é sempre um argumento, não entende a insistência no mesmo, após o esclarecimento prestado. Considera de grande ligeireza insinuar de "má gestão" tendo em conta os outros indicadores que já foram evidenciados e explicação prestada.-----

Colocada à votação a Prestação de Contas de 2018 que inclui o Relatório de Gestão, Inventário, Balanço Social e Contabilidade de Custos, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 18 (dezoito) votos a favor do PS e CDU e 6 (seis) abstenções do PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) membros. -----

PONTO NÚMERO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

16 – Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019, sob proposta do Executivo, (doc. nº 19 (dezanove)). -----

Inscrições: Conceição Loureiro e Joel Fernandes. -----

Conceição Loureiro em observação prévia a este ponto da ordem de trabalhos, e referindo-se ainda à votação das ORU's, esclareceu que o sentido de voto da CDU para as aldeias, prendeu-se com o facto de ser património com identidade local cujo Executivo não tem descurado, nem vai descurar essa reabilitação daí que a CDU entende votar favoravelmente. Relativamente às Grandes Opções do Plano, disse que a CDU não pode deixar de afirmar que a Câmara Municipal da Lousã faz a gestão na função social de forma muito capaz e muito positiva em relação a outros municípios e

de facto, como a CDU tem como apanágio defender as Câmaras Municipais que, fundamentalmente, tenham um papel social importante e, neste contexto social que se vive, é de continuar a louvar a aposta deste município nas funções sociais. Disse ainda que não entende a atitude da bancada do PSD, uma vez que numa Câmara Municipal, cuja primeira preocupação são as funções sociais e portanto, não pode dar grandes lucros. Afirmou ainda que o Município da Lousã não faz uma, citando: "gestão danosa é uma gestão que está dentro da lei e, é uma gestão que não descurou em situação alguma as funções sociais, porque, essencialmente, sendo a maior percentagem destinada às funções sociais, seria a estas que se iria buscar o retorno, não se sabe como para não dar prejuízo. Para não dar prejuízo teria que praticar uma política muito diferente ou seja, descurar algumas das funções sociais para investir em outros sítios. Há outros parâmetros em que a Câmara Municipal, eventualmente, poderá ir buscar dinheiro, eu não sei se faria melhor, mas de uma certeza tenho, que nas funções sociais o retorno não é garantido. Depois, com as progressões deste ano, que não tem candidaturas a qualquer fundo, e com a subida do salário mínimo, portanto, não creio que seja assim uma surpresa tão grande como o colega, **João Duarte**, manifestou."-----

Joel Fernandes interveio começando por dizer que documentos como o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, por mais técnicos que possam parecer, têm por detrás as opções políticas. Afirmou que a bancada do PS pretende saudar e realçar com a certeza que o Executivo Municipal continue assim, que não procure aumentar a receita, como tem feito até aqui, porque ao aumentar a receita significa, aumentar os preços dos serviços cobrados, significa, ainda, aumentar impostos e aumentar taxas. Da mesma forma, também saúda a opção que a Câmara Municipal tem feito de que não haja a tentação de diminuir despesa, diminuindo investimento. Saúda, igualmente, o investimento forte, tal como o fez a colega **Conceição Loureiro**, não apenas nas funções sociais, também nas funções económicas e na dinamização do comércio, na captação de investimento que cria empresas e trás emprego para a Lousã, mas também investindo nas infraestruturas qualificando o nosso território. Seria fácil diminuir a despesa, não promovendo o concelho, não criando condições para mais atividade económica. Disse que acredita que esse não é o caminho, antes porém, as opções traçadas pela autarquia e por essas razões a bancada do PS votará favoravelmente esta proposta.-----

O Senhor Presidente da Câmara prescindiu do direito de usar da palavra. -----

Colocada à votação a 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 18 (dezoito) votos a favor do PS e CDU e 6 (seis) abstenções do PSD e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) membros. -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.-----

O Senhor Presidente da Mesa antes de encerrar os trabalhos, reiterou o convite formulado aos membros da Assembleia Municipal, para a sessão solene do dia vinte e cinco de abril, a ter lugar pelas quinze horas no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, seguida de um concerto de abril e lembrou ainda o programa das comemorações que decorrerão no período compreendido entre o dia vinte e quatro de abril e um de maio, que foi divulgado e, concomitantemente, remetido por email a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e vinte cinco minutos, de que foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa. -----

O Presidente da Mesa,

Carlos Alberto Seco Lopes

O 1º Secretário,

Ulisses Alves Lucena

A 2ª Secretária,

Maria Adelaide Mendes
